

**DEMOCRATIZAÇÃO DO ACESSO À EDUCAÇÃO SUPERIOR EM DEBATE:
PROGRAMA CONEXÃO UNIVERSITÁRIA, NO MUNICÍPIO DE SAQUAREMA/RJ**

Rosana Gildo Vieira¹
Denize Luiz Cardim²
Jacqueline de Cássia Pinheiro Lima³

Resumo

Este estudo oferece uma análise crítica do impacto do Programa Conexão Universitária em Saquarema/RJ, enfatizando sua contribuição para a democratização do acesso à educação superior. A pesquisa examina as diretrizes, políticas públicas, o processo de implementação, critérios de seleção, mecanismos de acompanhamento dos estudantes e os recursos oferecidos pelo programa. Também avalia a eficácia do programa na promoção da inclusão social, especialmente para grupos historicamente sub-representados no ensino superior, propondo recomendações para aprimorar as políticas de acesso. O estudo se fundamenta em teorias educacionais brasileiras e internacionais, destacando autores como Paulo Freire, Darcy Ribeiro, Florestan Fernandes, José Murilo de Carvalho, Pierre Bourdieu e Boll.

Palavras-chave: Educação Superior, Democratização do Acesso, Políticas Públicas, Inclusão Social, Conexão Universitária.

INTRODUÇÃO

Historicamente, o acesso ao ensino superior no Brasil tem sido privilégio de grupos socioeconômicos mais favorecidos, perpetuando uma educação elitista e excludente. Nas últimas décadas, políticas públicas, como cotas e programas de bolsas, têm sido implementadas com o objetivo de mitigar essa realidade. O Programa Conexão Universitária, desenvolvido no município de Saquarema, é uma dessas iniciativas voltadas para a ampliação do acesso à educação superior, particularmente para estudantes de baixa renda. Este trabalho busca examinar criticamente os impactos do programa, sua eficácia e os desafios enfrentados no processo de inclusão social.

A questão central deste estudo é: Como o Programa Conexão Universitária contribui para a democratização do acesso ao ensino superior no município de Saquarema/RJ? Quais são os principais desafios estruturais e operacionais que afetam sua eficácia, especialmente no que tange à inclusão e à permanência de estudantes de baixa renda e de grupos marginalizados.

¹Doutoranda do Curso de Educação da Universidade Estácio-RJ, Coordenadora e Prof^a do Curso de Pedagogia de Saquarema- Universidade de Vassouras;

² Doutoranda do Curso de Educação da Universidade Estácio-RJ- Diretora Geral Saquarema e Diretora Institucional das Mantidas Maricá e Saquarema- Universidade de Vassouras,

³Doutora pela Universidade Estácio de Sá e Docente do Programa de Pós-Graduação em Educação da UNESA. Pesquisadora Visitante/Colaboradora do LEEL/UENF, pelo Programa de Pós-Graduação em Cognição e Linguagem;

REVISÃO DE LITERATURA E REFERENCIAL TEÓRICO

A democratização do acesso à educação superior no Brasil é um tema que envolve discussões profundas sobre desigualdade social, capital cultural e políticas afirmativas. Autores brasileiros e internacionais, como Paulo Freire, Pierre Bourdieu, Florestan Fernandes, Darcy Ribeiro e José Murilo de Carvalho, oferecem contribuições significativas para compreender as dinâmicas que estruturam o acesso e a permanência no ensino superior, com especial atenção à inclusão de grupos historicamente marginalizados.

Paulo Freire, com sua obra clássica *Pedagogia do Oprimido*, oferece uma crítica contundente à educação bancária, em que os estudantes são tratados como recipientes passivos do conhecimento. Ele propõe, em contrapartida, uma educação libertadora e dialógica, em que o aprendizado se dá através da práxis — a ação reflexiva e transformadora:

“A educação que se impõe aos oprimidos é a pedagogia que deve ser forjada com eles, não para eles. [...] A pedagogia do oprimido, como pedagogia humanista e libertadora, terá dois momentos distintos. No primeiro, os oprimidos desnudam o mundo da opressão e, através da práxis, se comprometem em sua transformação. No segundo momento, no qual se concretiza a pedagogia libertadora, os homens deixam de ser oprimidos e se transformam em sujeitos históricos” (FREIRE, 1970, p. 56).

Essa reflexão freireana enfatiza a necessidade de uma educação que não apenas transmita conteúdos, mas que seja transformadora, questionadora e emancipatória. No contexto da democratização do ensino superior, é fundamental que as políticas de acesso se articulem com práticas pedagógicas que promovam essa libertação, criando um ambiente onde os estudantes possam desenvolver um senso crítico e se tomem agentes de transformação social.

Pierre Bourdieu, por sua vez, contribui com uma compreensão mais estrutural das desigualdades educacionais através de conceitos como capital cultural, *habitus* e campo. Em *A Distinção* (1979), Bourdieu argumenta que a escola muitas vezes reforça as desigualdades sociais, ao privilegiar aqueles que já possuem o capital cultural dominante:

“O sucesso acadêmico, na medida em que depende, em grande parte, de habilidades e conhecimentos que são transmitidos dentro das famílias das classes superiores, tende a perpetuar as divisões sociais existentes. [...] A escola, muitas vezes, opera como uma instância de legitimação das desigualdades sociais, ao invés de ser um instrumento de emancipação” (BOURDIEU, 1979, p. 58).

A análise de Bourdieu é particularmente relevante para o estudo do Programa Conexão Universitária, já que a simples abertura de vagas no ensino superior não garante uma verdadeira democratização se os estudantes de baixa renda não possuem os meios culturais e sociais necessários para usufruir plenamente das oportunidades educacionais. Nesse sentido, políticas de apoio devem ser voltadas para a construção de um capital cultural alternativo que possa equilibrar essas desigualdades.

Florestan Fernandes, no contexto brasileiro, critica o caráter elitista e excludente da universidade, que historicamente se configurou como um espaço de privilégio. Ele argumenta que uma verdadeira democratização requer a criação de uma “universidade popular”, que seja acessível a todas as camadas sociais, e não apenas às elites:

“A universidade brasileira, como a sociedade que a envolve, sempre foi cindida. [...] O que precisa ser feito é romper com essa tradição elitista e construir uma universidade popular, capaz de responder às demandas da sociedade em sua totalidade e não apenas de suas elites” (FERNANDES, 1974, p. 123).

A crítica de Fernandes é central para o debate sobre a inclusão educacional no Brasil. Ao enfatizar a necessidade de romper com as práticas tradicionais da universidade, ele propõe uma educação voltada para a equidade social, onde as políticas de acesso não sejam vistas como exceções, mas como parte de uma reforma estrutural do sistema educacional brasileiro.

Darcy Ribeiro, em sua obra **O Povo Brasileiro** (1995), também aborda o papel da educação na construção de uma sociedade mais igualitária. Ele destaca a função social da escola como promotora de cidadania, mas critica o sistema educacional brasileiro por sua incapacidade de incluir as classes populares de forma significativa:

“A função da escola, que é educar os jovens para a vida social e produtiva, é uma das responsabilidades mais nobres e decisivas que uma sociedade pode assumir. [...] O problema é que nossas escolas, ao longo da história, serviram mais para selecionar elites do que para educar o povo” (RIBEIRO, 1995, p. 45).

Essa crítica reflete a necessidade de políticas públicas que não se limitem à expansão do acesso, mas que também criem condições para que os estudantes de baixa renda possam permanecer e ter sucesso no ensino superior. O Programa Conexão Universitária, ao propor um modelo de inclusão para estudantes de baixa renda, alinha-se a esse ideal de democratização da educação, mas ainda enfrenta desafios em termos de garantir condições adequadas para a permanência dos estudantes no ambiente universitário.

Além desses autores, José Murilo de Carvalho (2001) em *Cidadania no Brasil*, oferece uma análise do conceito de cidadania no contexto brasileiro, abordando as limitações históricas e os avanços obtidos ao longo do tempo. Ele ressalta que o acesso à educação é um direito fundamental, mas que as desigualdades estruturais ainda limitam o pleno exercício desse direito no Brasil:

“A cidadania no Brasil sempre foi um direito incompleto, fragmentado, que se expandiu de forma seletiva e desigual. [...] A educação, embora constitucionalmente garantida, ainda está distante de ser uma realidade acessível para todos, especialmente em níveis mais elevados, como o ensino superior” (CARVALHO, 2001, p. 76).

O conceito de cidadania de Carvalho é fundamental para este estudo, uma vez que a democratização do ensino superior se apresenta como uma extensão do direito à cidadania. O Programa Conexão Universitária pode ser visto como uma tentativa de corrigir essa lacuna, garantindo que mais cidadãos, especialmente de classes populares, tenham acesso a uma educação de qualidade.

METODOLOGIA

Este estudo adota uma abordagem qualitativa, na qual a análise documental está sendo realizada como etapa inicial. Estamos atualmente examinando os documentos oficiais do Programa Conexão Universitária, incluindo as leis que embasam sua implementação (Lei Municipal nº 2.141/2021), além de relatórios públicos, dados de desempenho do programa e outros documentos relevantes.

Futuramente, a coleta de dados será expandida para incluir entrevistas semiestruturadas com gestores educacionais, professores e estudantes participantes do programa, complementada por questionários para os beneficiários do programa, com o intuito de compreender as percepções e experiências dos envolvidos. Este método de triangulação de dados permitirá uma análise mais robusta e multifacetada do impacto do programa.

Ainda, os dados coletados serão confrontados com o referencial teórico e com os marcos legais estabelecidos pelo Plano Nacional de Educação (PNE) e o Plano Municipal de Educação (PME) de Saquarema, visando avaliar a coerência entre os objetivos das políticas e os resultados efetivos observados.

Resultados e Discussão

A análise preliminar dos documentos revela que o Programa Conexão Universitária tem conseguido expandir o acesso de estudantes de baixa renda ao ensino superior. Contudo, a sustentabilidade financeira do programa e a permanência desses estudantes no ambiente acadêmico permanecem desafios significativos. As políticas de ação afirmativa implementadas no Brasil, como o sistema de cotas raciais e sociais, são essenciais para a promoção da inclusão educacional, como destacado por Pires (2010, p. 67). No entanto, a efetividade dessas políticas depende da continuidade de apoio financeiro e acadêmico para os estudantes de baixa renda, conforme observado por Ball e Adachi (2018, p. 115), que indicam a

importância de um suporte institucional que vá além do simples acesso à universidade, incluindo assistência financeira, apoio psicossocial e tutoria acadêmica.

Bourdieu (1979, p. 58) sugere que, sem o enfrentamento das desigualdades estruturais no capital cultural, os esforços de democratização do acesso ao ensino superior poderão ser limitados. Isso se aplica ao Programa Conexão Universitária, que, embora tenha proporcionado acesso, ainda precisa melhorar os mecanismos de apoio para assegurar a permanência e o sucesso dos acadêmicos no ambiente universitário.

CONCLUSÃO

O Programa Conexão Universitária representa um importante avanço na democratização do acesso ao ensino superior em Saquarema. Contudo, há desafios significativos que devem ser abordados para garantir que o programa não só amplie o acesso, mas também assegure a permanência e o sucesso acadêmico dos estudantes de baixa renda e de grupos historicamente marginalizados. As políticas de apoio financeiro, acadêmico e emocional precisam ser aprimoradas para garantir uma inclusão social efetiva e equitativa.

Ao alinhar-se com as metas estabelecidas no PNE e PME, o programa deve enfrentar o desafio de reduzir as barreiras que impedem o sucesso dos acadêmicos que ingressam no ensino superior. A inclusão verdadeira exige não apenas o acesso, mas a criação de condições para que os estudantes, independentemente de sua origem socioeconômica, possam se desenvolver plenamente no ambiente acadêmico.

REFERÊNCIAS

- BOURDIEU, Pierre. *A Distinção: Crítica Social do Julgamento*. São Paulo: Zahar, 1979.
 - CARVALHO, José Murilo de. *Cidadania no Brasil: O Longo Caminho*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.
 - CUNHA, L. A. *Políticas Públicas de Inclusão no Ensino Superior*. Rio de Janeiro: Editora Vozes, 2018.
 - FREIRE, Paulo. *Pedagogia do Oprimido*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1970.
 - FERNANDES, Florestan. *A Revolução Burguesa no Brasil*. São Paulo: Globo, 1974.
 - PIRES, A. *Políticas de Ação Afirmativa e Inclusão no Brasil*. Brasília: MEC, 2010.
 - RIBEIRO, Darcy. *O Povo Brasileiro*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.
-